



**FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Comissão de Graduação

Gestão 2019 – 2021

Prof. Assoc. Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua

Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP

Profa. Assoc. Maria Hemília Fonseca

Vice-Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP



RELATÓRIO SUCINTO DE GESTÃO – CG 2019-2021

Professor Associado Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua

Professora Associada Maria Hemília Fonseca

Conforme solicitado pela Diretora, em exercício, Profa. Titular Maísa de Souza Ribeiro, sobre a elaboração de um Relatório Sucinto de Gestão da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – CG – 2019-2021, para ciência e avaliação da Congregação, bem como para favorecer os processos organizativos institucionais, incluindo o planejamento futuro, descrevemos sucintamente as ações realizadas pela CG no biênio respectivo, conforme os apontamentos abaixo.

I – ORGANIZAÇÃO

1. Reuniões periódicas e regulares da Comissão de Graduação - CG

A CG tem grande demanda de serviços. Por isso há necessidade de manutenção de reuniões periódica e regulares da Comissão. Neste biênio constatamos participação efetiva de boa parte dos membros da Comissão. A maioria dos (as) docentes presentes manifestaram-se extremamente atuantes e colaborativos. Merece destaque a boa qualidade da participação da representação discente, que demonstram elevado grau de corresponsabilidade e maturidade e cujo contato permanente com a presidência da CG facilitou intercâmbios e comunicações integrais, sobretudo relevantes no tempo de crise sanitária, em que as expectativas, problemas reais e ansiedades se mostraram bastante intensos.

2. Execução e Readequação do Projeto Político-Pedagógico do Curso

Houve desafios significativos com relação à execução do PPP. Houve avanços importantes em relação ao projeto anterior. Todavia, alguns elementos mereceram contínuas discussões e amadurecimentos. Um deles já estava presente no relatório da gestão anterior, relativo ao oferecimento de disciplinas optativas eletivas. Elas, seguramente, absorveram muito das angústias dos estudantes, notadamente os formandos, pelo que a CG precisou dar respostas rápidas e minimamente consistentes. Outro elemento, ainda em amadurecimento, mas que já tem recebido atenção conjunta da CG e da CoC, é relativo às disciplinas de Laboratórios, o que implicou até mesmo em ponderações acerca do espaço na grade, objeto de reivindicações incisivas de docentes e discentes.



3. Organização dos procedimentos de estágio

Por delegação expressa da diretoria, cabe atualmente à CG os encaminhamentos e assinaturas dos termos de estágio, o que exige bastante atenção e tempo. Durante a crise sanitária e as sucessivas restrições de acesso aos processos físicos, houve, em momento significativo, o receio de postergação das assinaturas. Todavia, isso foi contornado satisfatoriamente e jamais os termos exorbitaram os prazos de praxe de assinatura. Recentemente, alcançou-se o modelo de assinatura digital, a que instamos continuamente as instâncias superiores. Esse modelo imprime segurança e agilidade na tramitação e facilitará os trabalhos do serviço da Comissão de Estágio e da Presidência da CG mesmo na retomada das atividades presenciais, propiciando maior celeridade e regularidade nos processamentos. Com o apoio da servidora Marislei Lopes Maturano, buscamos estabelecer série de padrões de serviços e prazos que beneficiaram e, supomos, beneficiarão igualmente os trâmites burocráticos na Cest, pelo que gozamos também da adesão do Professor Daniel Pacheco.

4. Recomposição das atribuições da CG e CoC

Felizmente no biênio houve aproximação significativa entre a Presidência da CG e a Coordenação da CoC, notadamente nas pessoas do Professor Camilo Zufelato e, depois, do Professor Gabriel Loretto Lochagin. Essa proximidade fecundou série de iniciativas comuns e recomposição dos trabalhos, sobretudo na elucidação das competências e atribuições específicas e nas atividades conjuntas visando ao aprimoramento da comunicação com os estudantes. Presidências da CG e CoC, e os serviços de apoio, no biênio, também demonstraram presteza no oferecimento de esclarecimentos recíprocos e aos estudantes.

5. Organização dos serviços e transparência

Os serviços de graduação, que subsidiam a CG e CoC, em geral foram primorosos em todos os elementos suscitados pela comunidade acadêmica. A competência reconhecida do servidor Rafael Souza de Marchi, à frente dos serviços, e sua contínua dialogia com a presidência, permitiram mais do que avanços à manutenção rigorosa e com qualidade dos serviços. Também o apoio do servidor Felipe Augusto B. Maia Costa foi de importância para a organização das atribuições da CoC. Ladeados, ambos, pelos estagiários e pela Marislei, já citada.



6. Participação regular na Congregação e no Conselho de Graduação (CoG)

Talvez facilitado pelas reuniões digitais, a Presidência da CG regularmente participou das reuniões das instâncias superiores, notadamente Congregação e Conselho de Graduação, propiciando intercâmbios e relatórios contínuos entre os diferentes colegiados. Há de se destacar a sensibilidade e proximidade do Pró-Reitor Professor Edmund Chada Baracat e da Pró-Reitora Adjunta Maria Vitória Lopes B. Bentley, no tocante aos desafios e proposituras originários da CG da FDRP. No âmbito local, a competência administrativa e capacidade de ausculta da Vice-Diretora, em exercício, Máisa Ribeiro significaram espaço propício de elaboração comum de pautas e avanços qualitativos. Igualmente o apoio de parte significativa dos membros da Congregação à condução da CG foram de grande valia em momentos delicados da gestão, especialmente em pautas sensíveis ensejadas pela crise sanitária.

7. Reuniões abertas com discentes e docentes – ausculta dos estudantes

Em unidade com a direção, na pessoa da Professora Máisa Ribeiro, e dos coordenadores da CoC, Camilo e, depois, Gabriel, retomados, a CG alcançou manter em todos os semestres da gestão reuniões abertas para ausculta e reconhecimento das reivindicações, angústias e sucessos dos estudantes. A adesão foi significativa, seja do corpo discente quanto dos docentes. E, por vezes, importaram em esclarecimento, superação de ruídos de comunicação e propostas significativas que foram ponderadas e assumidas pelos colegiados (CG/CoC) no que havia de possível e viável.

8. Os desafios da crise sanitária e da gestão

A crise sanitária impactou muitíssimo a graduação. Foi período muito exigente de gestão. Além dos acúmulos ordinários da CG, foi preciso lidar com as emergências conjunturais, que tiveram consequência significativas nas relações, na organização das disciplinas, na expectativa de docentes, servidores e estudantes, sem contar o mais relevante, que foram os efeitos psicológicos do distanciamento social. A CG procurou realizar com serenidade, proatividade, assertividade as composições e adequações necessárias, levando sempre em conta os múltiplos fatores intervenientes. Durante o primeiro período da crise, o protagonismo da comissão foi decisivo para os rumos da unidade.

Obviamente, ante o inusitado das circunstâncias, podem ter havido desacertos, mas seguramente nenhum intencional. Também aqui, a ausculta comunitária foi essencial, para compreender as possibilidades e limites das situações ensejadas, como as propostas de reorganização de grades, de requerimentos novos, de possibilidades de interajuda e colaborações terapêuticas, sem desconsiderar a necessária impessoalidade e transparência dos atos administrativos. Em conjunto, com o apoio da



maior parte dos envolvidos, pensamos que logramos sucesso significativo, apesar de eventuais desencontros.

A diferenciada organização do calendário, ensejada pela crise sanitária, importou igualmente ajustes pontuais e urgentes em calendários da unidade, de modo especial, aqueles relativos às colações de grau, entregas e composição de bancas de TCC, além de modalidades distintas de registros de frequência, avaliação e métodos pedagógicos, algumas vezes com a impositividade de provisoriedade que as situações concretas exigiam e exigem.

9. Intensa participação nos programas de projetos, com bolsas discentes, da Pró-Reitoria de Graduação

A comunidade acadêmica, em geral, respondeu muito bem as instâncias da CG para participação nas diversas modalidades de projetos provenientes da PRG. Ampliou-se consideravelmente os projetos no âmbito do Programa Unificado de Bolsas, crescente adesão ao PEEG, em termos quantitativos e qualitativos, o que implicou uma provisão maior de bolsas à unidade, passando das tradicionais seis (6) para as atuais dez (10), beneficiando mais alunos e projetos, adesão ao Programa Aprender com a Comunidade e ao Programa de Readequação Curricular.

II - INICIATIVAS E AVANÇO

1) Regulamentação e implantação do novo PPP

Seguimos e incrementamos providências relativas ao PPP, sobretudo ajustes necessários, nos seguintes campos: revisão do conjunto de regras atinentes aos diferentes aspectos da Graduação (regulamentos sobre Disciplinas Optativas, Estágio, TCC, Créditos de Pesquisa e Extensão etc.) e outras adaptações requerida pelo novo PPP.

2) Atingimento das metas de vagas destinadas a escola e dos segmentos preferenciais na Graduação da FDRP antes de 2022

Mantivemos a elevação ao máximo das vagas para o SISU/Escola Pública e atingimos a meta de provisão de vagas em até 50% de estudantes oriundos de escola pública, no conjunto de áreas distintas dos processos seletivos (SISU, Enem e Vestibular). A meta estava prevista para ser implantada progressivamente até 2022, mas já no biênio fora praticamente alcançada e, recomenda-se, seja mantida, quer pelos benefícios sociais derivados, quer pelas políticas de inclusão, quer mesmo até pelos benefícios acadêmicos.



3) Dedicção cotidiana às demandas burocráticas da CG

Reiteramos o constante no relatório anterior e já aludido neste: o Serviço de Graduação é responsável por atender imensa demanda dos alunos. Com poucos funcionários, recebe e processa anualmente milhares de requerimentos relativos desde a matrícula até a colação de grau, transferências, revalidação de diplomas estrangeiros, TCC, estágios, bolsas etc. Implica dedicação contínua e ordinária de todos os envolvidos, maiormente da Presidência, para a manutenção regular das atividades e prazos.

4) Integração Graduação e Pós

A integração entre o Programa de Pós-Graduação da FDRP com a Graduação foi de grande proveito. A condução das Professoras Fabiana Severi e Flávia Trentini, num primeiro momento, e Camilo Zufelato e Flávia Trentini, num segundo momento, implicaram êxitos não somente nas atividades propostas pelo PAE (Programa de Aperfeiçoamento de Ensino) como também em outras múltiplas frentes, como eventos conjuntos, atividades de grupos de pesquisa, de extensão e estudos comuns, apoios recíprocos nas disciplinas e na transmissão de conteúdo.

5) Consolidação de intercâmbios internacionais e nacionais.

Junto com a CCRInt, mantivemos e consolidamos os níveis de intercâmbios nacionais e internacionais, relativamente prejudicados pela crise sanitária. Mas é de se pensar incisivamente na ampliação dos convênios internacionais e com outras universidades públicas no Brasil, em se restabelecendo as condições normais de realização.

6) Integração com a Direção durante o exercício do mandato da Professora Titular Maísa Ribeiro

A atuação da Professora Titular Maísa Ribeiro, na condição de Vice-Diretora da unidade e, especialmente, durante o exercício da direção, foi extremamente relevante para as atividades da Comissão. Seu apoio claro, assertivo e bastante dialógico imprimiu segurança e permitiu as condições institucionais para o andamento tranquilo e normal da CG. É extremamente salutar que posturas desta ordem sejam mantidas e estimulada na unidade: embora esperadas, nem sempre sucedem. À professora Maísa nossa gratidão e reconhecimento.



7) Serviço de Informática

No tempo especial de atividades remotas experimentado, a qualidade e rapidez dos serviços digitais oferecidos pelo Serviço de Apoio da unidade foi crucial para a organização das disciplinas e demais atividades remotas, com destaque para os processos seletivos externos e adequações de requerimentos e congêneres.

8) Departamentos

A acolhida significativa dos departamentos, por meio das chefias e conselhos, foi bastante relevante para o andamento das propostas originadas na CG e que precisavam de encaminhamentos adequados. Por certo, nem sempre o nível de acolhimento foi igual, mas, ao final, os resultados foram adequados. Às secretarias dos departamentos também agradecemos as respostas funcionais esperadas e no tempo previsto, o que permitiu os fluxos de andamento na Comissão.

9) Reconhecimento de diplomas estrangeiros, AACs e adequações curriculares

Tópico que reivindica menção especial é relativo ao reconhecimento de diplomas estrangeiros, às AACs e às adequações curriculares, como as exigências de créditos de disciplinas optativas eletivas e à liberdade de escolha efetiva pelos discentes. Esses elementos, embora não constitutivos das atividades essenciais ou ordinárias da graduação, que foram mantidos a contento, absorveram parte considerável das discussões na colegiado e até demandaram múltiplas reuniões especiais, além de constituição de grupos de trabalho. A Comissão buscou estabelecer parâmetros claros e precisos, ouvindo a cada um dos segmentos, encaminhando os trabalhos para a próxima gestão. Pode-se identificar um grau de amadurecimento e consolidação ensejados até agora. Tentou-se não postergar as decisões e tampouco manter a questão em aberto.

No caso das ACCs, chegamos a algumas deliberações conjuntas das comissões envolvidas (CG, CCEX, CPq e CoC), além de estabelecimento de uma tabela objetiva de apreciação, com a descrição das comissões de encaminhamento e apreciação, documentação exigida e horas/créditos atribuídos. A flexibilização das disciplinas optativas eletivas, a insistência para o máximo de oferecimento junto aos departamentos e a possibilidade de reconhecimento dos créditos de disciplinas optativas livres, ainda que talvez não sejam as escolhas mais sofisticadas, foram as encontradas como opções mais adequadas e necessárias ante os fatores avaliados e apresentados até o momento.

Por fim, a revalidação de diplomas, aspecto intrincado na maioria das unidades da USP, foram agilizados mediante uma interpretação mais livre da resolução conjunta e a constituição de uma Grupo de apreciação supradepartamental, indicados pelos próprios departamentos e com incisiva perícia no



tocante aos conteúdos analisados, o que proveu agilidade. Alcançou-se da câmara específica a suspensão provisória dos trâmites de processos físicos para evitar consequências de morosidade, como as que vinham se acumulando. Espera-se que os processos digitais e a elaboração de formulário conjunto de auto-preenchimento, em fase de ponderação entre as unidades congêneres (FD e FDRP) facilite fluxos e apreciações.

III– DIFICULDADES E DESAFIOS FUTUROS

As dificuldades e os desafios futuros são pontos discutidos pela CG ou por ela recolhidos no debate da Congregação ou fóruns abertos. São questões e propostas abertas, cuja elaboração se dará a médio e a longo prazo, e que precisamos avançar significativamente. Merecem especial atenção nos próximos anos:

1) A readequação curricular e os ajustes do PPP

É tempo de revisão do PPP. Ele implica numa revisão ampla, de toda grade, disciplinas e conteúdo. A participação e reconhecimento do pleito dos estudantes precisa vir associado a práticas pedagógicas atualizadas e integradas. Há um projeto aprovado pela PRG, sob a coordenação do Professor Caio Gracco Pinheiro Dias, focado nas disciplinas de Laboratório. Ele resulta de estudos de Grupo de Trabalho estabelecido e estimulado pela CG, composto por ele mesmo, pela Professora Cíntia Rosa e pelo Professor Jair Cardoso. Esperamos que o avanço nos trabalhos do projeto reverta em benefícios de revisão de todo o PPP da unidade. À nova Direção da unidade, juntamente com a CoC, compete missão especial no sentido de liderar essa revisão e os ajustes respectivos. Recomenda-se o subsídio dos especialistas do Departamento de Educação.

2) Debate e empenhos sobre a integração das disciplinas, métodos avaliativos, ensino híbrido e novas tecnologias

Há anos sente-se a necessidade de convergência dos trabalhos dos docentes relativos a métodos inovadores de aprendizado e de avaliações conjuntas, para potencializar a formação e, ao mesmo tempo, reduzir as tensões e contraposições dos métodos tradicionais de avaliação, que absorvem energias desnecessárias e que podem ser melhor aplicadas no próprio aprendizado. Também aqui há necessidade de intersecção entre os trabalhos realizados pela CG/CoC e aqueles dos departamentos. É recomendável sobretudo o auxílio de pedagogos e demais peritos da educação e tecnologia, notadamente com os prognósticos acerca do ensino híbrido, reiterados nos discursos da PRG durante



o CoG e que vai se firmando no pós-pandemia, e com as novas tecnologias com as quais os estudantes são estimulados continuamente nas redes sociais.

3) Manutenção da excelência do curso em meio a situações de rearranjo social e crises político-sanitária

A crise sanitária, associada a outras crises institucionais e políticas no Brasil, demonstrou a premência de rearranjos de conteúdo, de inserção de técnicas não só focadas no aprendizado intelectual, mas também de aportes psicoafetivos, e de constantes readequações ante as novas demandas emergentes. A excelência do curso de graduação será mantida na proporção direta das respostas qualitativas a esses desafios novos e emergentes. A própria retomada cautelosa e pensada das atividades presenciais está imbuída deste sentido de readequação e inovação.

4) Incremento na integração entre Graduação e Pós-Graduação

Embora tenhamos caminhado substancialmente no sentido de integração, é preciso cada vez mais e, paulatinamente, encontrar métodos de composição e diálogo entre essas colunas de sustentação do ensino, pesquisa e extensão na unidade. A propósito, a convergência de empenhos amplos e sistemáticos nestas três áreas reverte em benefícios integrais à unidade.

5) Incremento nos intercâmbios

Mantém-se a necessidade de ampliação de intercâmbios nacionais e internacionais nos diversos níveis de atuação da unidade. O que se tem, em termos institucionais, ainda é relativamente pequeno em relação ao potencial do corpo docente e das estruturas oferecidas.

6) Incremento na relação CG/CoC e departamentos

Para que as outras esferas de integração sejam propiciadas, é fundamental a integração da CG/CoC com os departamentos, sobretudo no sentido de pensar inovações curriculares, métodos de ensino e pesquisa e interações avaliativas e oferecimento de disciplinas optativas eletivas.

7) Readequação Infraestrutural

A Professora Titular Maísa Ribeiro, na condição de Vice-Diretora em exercício da direção da unidade, tem estimulado a reflexão sobre a readequação infraestrutural e dos edifícios. E o tem feito sob a perspectiva de integração das comissões estatutárias e departamentos. Esse debate precisa ter seguimento à luz das necessidades psicopedagógicas, de aprimoramento das condições de



aprendizado e de bem estar de todos os segmentos da unidade. A CG e o CoC são instâncias especialmente convocadas à colaboração.

Ribeirão Preto, agosto de 2021

Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua
Presidente da Comissão de Graduação da FDRP – USP

Maria Hemília Fonseca
Vice- Presidente da Comissão de Graduação da FDRP – USP